

REVISTA ADVENTISTA

Director e Editor: ERNESTO FERREIRA

Administrador: P. BRITO RIBEIRO

CORPO DE REDACÇÃO: F. Cordas, E. Ferreira,
M. Laranjeira, M. Lourinho, F. Mendes e E. Miranda

Proprietária: UNIÃO PORTUGUESA
DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

RUA DE JOAQUIM BONIFÁCIO, 17 — LISBOA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

TIPOGRAFIA GOMES & RODRIGUES, LDA.
RUA ENG. VIEIRA DA SILVA, 12-B — LISBOA

Número avulso 2\$00

Assinatura anual 20\$00

ANO XVIII

DEZEMBRO 1957

N.º 135

Natal

por E. G. WHITE

«Julga-se ser vinte e cinco de Dezembro o dia natalício de Jesus Cristo, havendo-se tornado sua observância um costume popular. Não há, todavia, certeza de estarmos guardando o verdadeiro dia do nascimento de nosso Salvador. A história não nos fornece nenhuma firme segurança quanto a isto. A Bíblia não nos dá o tempo preciso. Houvesse o Senhor julgado essencial para a nossa salvação esse conhecimento, e haveria falado mediante Seus profetas e apóstolos, para que tudo soubéssemos a seu respeito. Mas o silêncio das Escrituras sobre esse ponto evidencia que isto nos está oculto por desígnios sábios...

«Como o vinte e cinco de Dezembro é observado para comemorar o nascimento de Cristo, e como, por preceito e por exemplo, as crianças têm sido ensinadas que esse é na verdade um dia de alegria e regozijo, achareis difícil passar esse período sem lhe dar alguma atenção. Ele pode ser utilizado para muitos fins bons. Os jovens devem ser tratados com muito cuidado. Não deveriam ser deixados, no Natal, a procurar divertir-se vãmente, a buscar prazer e divertimentos que lhes prejudiquem a espiritualidade.

«Os pais podem controlar o assunto dirigindo a mente e as dádivas dos filhos para Deus, Sua causa e salvação de almas. O desejo de distração, em vez de ser extinguido e arbitrariamente dominado, deve ser controlado e dirigido mediante cuidadoso esforço da parte dos pais. Seu desejo de dar presentes pode ser guiado para direcções puras e santas, fazendo com que se tornem em bem para nossos semelhantes para prover o tesouro da vasta, grandiosa obra pela qual Cristo veio a este mundo. A abnegação e o sacrifício assinalaram o Seu procedimento. Que o mesmo assinala o nosso, que professamos amar a Jesus, pois n'Ele se concentra nossa esperança de vida eterna.

«Não se pode tornar os jovens tão quietos e graves quanto as pessoas idosas, nem a criança sóbria como o adulto. Conquanto as diversões pecaminosas sejam condenadas, como devem ser, provejam os pais, professores e responsáveis pela juventude, em vez disto, distrações inocentes, que não manchem nem corrompam a moral. Não liguéis os jovens a regras e restrições rígidas que os levem a sentir-se oprimidos, e a romper com elas, precipitando-se nas veredas da loucura e destruição. Com mão firme, bondosa, con-

siderada, mantende as rédeas do governo, guiando e controlando-lhes a mente e desígnios, fazendo-o todavia com tanta brandura, tão sábiamente, que reconheçam que tendes em vista o seu máximo bem.

«Como lamentam muitos pais o não poderem conservar os filhos em casa, não terem eles amor ao lar! Em tenra idade, eles têm o desejo da companhia dos estranhos; e assim que atingem idade suficiente, fogem daquilo que se lhes afigura servidão e irrazoável restrição, e não querem ouvir nem as orações de uma mãe, nem os conselhos de um pai. Se se investigar, verificar-se-á, geralmente, que o pecado jaz à porta dos pais. Não fizeram do lar o que deveria ser — atractivo, agradável, radiante com o fulgor de palavras bondosas, de olhares apazíveis, de amor verdadeiro.

«O segredo de salvar vossos filhos reside em tornar-se atractivo e agradável o vosso lar. A condescendência da parte dos pais não prenderá os filhos a Deus nem à casa; mas a firme e piedosa influência para exercitar e educar devidamente o espírito, salvará da ruína muitos filhos.

«No Natal, que está prestes a chegar, não julguem os pais que seja pecado colocar um pinheiro na igreja para diversão dos alunos da escola sabatina; pois ele poderá transformar-se em grande bênção. Mantende ante seus olhos objectivos generosos. Em caso algum deve o mero divertimento ser o objectivo dessas reuniões. Conquanto possa haver alguns que tornem essas ocasiões em períodos de descuidosa leveza, e cuja mente não receba a impressão divina, para outros espíritos e caracteres os mesmos momentos serão altamente benéficos. Sinto-me plenamente satisfeita de que substitutos inocentes possam ser imaginados para muitas reuniões desmoralizadoras.

«Aproxima-se o Natal. Que todos vós tenhais sabedoria para fazer dele um período precioso. Que os membros mais idosos da igreja se unam, alma e coração, com seus filhos nessa distração e recreação inocente, imaginando meios e modos de manifestar o verdadeiro respeito para com Jesus mediante o trazer-Lhe ofertas e dons. Lembre cada um os divinos reclamos. Sua obra não pode ir avante sem o vosso auxílio. Que a importância dos presentes que costumáveis fazer uns aos outros, sejam colocadas nos tesouros do Senhor.» — *Review and Herald*, 9 de Dezembro de 1884.

SOIS ADVENTISTAS DE FRONTEIRA?

Por FREDERICK LEE

Há pessoas que vivem num Estado e trabalham ou negociam noutro. Algumas cidades são divididas por uma fronteira. Os que vivem em tais lugares atravessam em ambas as direcções a fronteira ao dirigirem-se para as suas ocupações diárias mal reparando em que Estado se encontram em cada momento. Todavia, quando tem de ser negociado algum documento legal, as partes contratantes têm de saber exactamente onde se encontram nessa altura.

Muitas pessoas vivem junto da fronteira na sua experiência cristã. Algumas, sem dúvida, são adventistas do Sétimo Dia. Revela-se isso por certas perguntas que muitas vezes se fazem, e que têm que ver com vários problemas religiosos.

Nem todas as perguntas acerca do dever religioso de uma pessoa podem ser respondidas com um decisivo Sim ou Não, como os que perguntam desejariam. Nem sempre se sabem todos os factos relacionados. Além disso, as perguntas muitas vezes requerem uma distinção bem nítida entre o que está bem e o que está mal. E como estas perguntas implicam problemas de fronteira, frequentemente é difícil dar uma resposta satisfatória para quem pergunta.

Tomai, por exemplo, as perguntas acerca da observância do Sábado, do pagamento de dízimos, de divertimentos mundanos, de vestuário, e do que se deve comer e ler. O próprio facto de se levantar uma pergunta acerca destes assuntos no espírito de alguém que é membro da igreja sugere que a pergunta é possivelmente uma das tais perguntas de fronteira e devia em grande parte ser considerada sob esse ponto de vista. Com muita frequência, porém, tais perguntas parecem ser provocadas por um desejo de encontrar justificação para o que alguém está fazendo mais do que para aprender o que na verdade é correcto ou errado. Parecem ser inspiradas por um de-

sejo de ver quão próximo da fronteira do mal se pode viver sem estar errado.

É esta a atitude correcta a tomar neste dia solene em que o juízo está em sessão e em que todos deviam saber exactamente onde se encontram? Não vivemos num tempo em que os adventistas possam ter uma experiência de fronteira. Se alguém se encontra em tal posição, onde há a pergunta constante sobre se o que está fazendo é bem ou mal, é tempo de tomar uma nova posição onde possa saber que não há dúvidas acerca da sua atitude.

Em resposta a estas perguntas de fronteira, perguntamos: Quão perto pode alguém caminhar à beira de um precipício e não cair? Quão perto de uma fornalha ardente pode alguém aproximar-se e não se queimar? Durante o estado de guerra quão perto pode alguém ir à fronteira do inimigo e não ser tomado como um inimigo? Faz alguém perguntas destas? Não, dizeis vós. O condutor de um automóvel estará tão longe quanto possível da beira de um precipício, a não ser que se trate de um louco aventureiro. Deter-nos-emos a boa distância de uma fornalha ardente para estarmos certos de não nos queimar. E ninguém se aventurará a aproximar-se do terreno do inimigo a não ser que isso lhe seja ordenado por alguém em autoridade.

Se assim se passa nestes assuntos, por que não deveria passar-se o mesmo em assuntos espirituais?

As palavras dirigidas hoje ao povo de Deus são: «Saí do meio deles, e apartai-vos». (2 Cor. 6:17). «Não vos prendais a um jugo desigual com os infiéis». (vers. 14). «Ninguém pode servir a dois senhores». (Mat. 6:24). «Não são do mundo, como eu do mundo não sou». (João 17:16). «Salvai-vos desta geração perversa». (Act. 2:40).

Estas decisivas passagens reclamando uma separação dos negó-

cios e prazeres do mundo repetem-se através das Escrituras. As mensagens do Espírito de profecia ao povo remanescente coincidem com estes apelos a uma separação completa e distinta.

Não obstante, há muitos aventureiros na igreja e há demasiados que vivem na fronteira. Muitos desejam descer ao acampamento dos mundanos para ver o que se está passando. Muitos querem correr o risco de descender afim de satisfazer as inclinações pessoais. Apresentam-se demasiadamente normas humanas para julgar o homem. O inimigo está sem dúvida muito satisfeito ao ver os filhos de Deus tão ocupados correndo de um lado para o outro entre a igreja e o mundo sem compreenderem que o Juiz está às portas.

Estai certos da aprovação de Deus

O apóstolo Pedro admoestanos: «Procurai fazer cada vez mais firme a vossa vocação e eleição». Como pode isso fazer-se? Pode conseguir-se por meio de um serviço descontente, de uma reserva egoísta, de uma entrega incompleta, de uma experiência de fronteira? Ninguém vivendo em tal estado pode estar certo da plena aprovação de Deus sobre as suas acções.

Como ousaremos, os que professamos crer nas coisas que ensinamos, brincar ainda com as ninharias do mundo, e adiar o dia em que se opere uma separação completa? Se jamais houve tempo em que o povo de Deus deva estar certo de se encontrar longe das fronteiras de Sodoma e de se estar aproximando da norma celeste, é hoje. Não é este um tempo para discutirmos dentro de nós mesmos a necessidade de irmos todo o caminho com Deus.

As parábolas de Cristo ensinam que requererá tudo a compra da pérola de grande preço. Que ninguém pergunte quanto isso inclui

«EXPLOÇÃO» DA POPULAÇÃO MUNDIAL

Por KENNETH H. WOOD

As Nações Unidas publicaram há pouco alguns números interessantes que levam a crer que algumas partes da terra haja apenas espaço para estar de pé, por volta do ano 2.000.

Actualmente a população do mundo está aumentando com o ritmo de 5.000 pessoas por hora, o que equivale a 120.000 por dia, e 43 milhões por ano. Pelo fim do século haverá uns 5,4 biliões de pessoas neste velho globo, que hoje conta 2,7 biliões. Os Estados Unidos serão uma nação de aproximadamente 300 milhões de almas!

Naturalmente, há muitos «ses» na apresentação de tal quadro. Pode súbitamente aparecer uma doença nova e fatal de qualquer espécie, que venha ceifar completamente muitas cidades. Nações inteiras podem ser dizimadas por Bombas-H. E, «segundo os pessimistas, esta 'explosão' de população... pode com facilidade tornar-se suficientemente extrema para criar um pesadelo de fome global. Como estes observadores vêem o futuro, a humanidade... pelo seu vasto crescimento tornará inevitável a morte de multidões pela fome. — Editorial em *Evening Star*, de Washington, em 29 de Maio de 1957. Para nós, o maior «se» é a segunda vinda de Cristo. Fervorosamente esperamos estar no reino muito ante do ano 2.000.

O nosso problema não consiste em como enfrentar as necessidades físicas dos milhões que rapidamente se multiplicam no mundo; o nosso problema é que eles recebam o pão da vida. Se os planos que temos estado usando no passado têm

sido inadequados mesmo para a situação relativamente estática da população que tem prevalecido, eles o serão no futuro! Devemos frentar este repto realisticamente, e desde já. Todos os meios possíveis de comunicação com as massas necessitam de ser utilizados. Devemos usar a rádio, a TV, as revistas, os jornais. E devemos pôr em circulação a nossa literatura — «como as folhas do Outono» — folhetos e livros aos biliões. Cada instituição denominacional deve viver e respirar o espírito do Mestre de maneira que no seu mais verdadeiro sentido se torne um instrumento de evangelização. Além disso, cada membro deve viver a verdade a todo o tempo, e apresentar a verdade em todas as oportunidades. «Semeai sobre todas as águas».

Deus espera que façamos a

nossa parte. Todavia, os planos e a energia humanos só por si são inadequados para a tarefa de atingir os biliões da terra com as mensagens dos três anjos. Um poder sobrenatural deve acompanhar cada esforço que fazemos. Ele assegurará o êxito. Quão confortador é este comentário acerca da visão de Ezequiel: «A brilhante luz, que resplandece por entre as criaturas viventes, com a velocidade do relâmpago, representa a rapidez com que a obra de Deus há-de por fim ser consumada». — *Testemunhos Selectos* (ed. mundial), vol. 2, pág. 353.

«Com a velocidade do relâmpago!» Tal velocidade pode atingir cada alma em cada país apesar de um formidável crescimento da população. Podemos estar gratos porque «o programa dos sucessos vindouros está nas mãos do Senhor. A Majestade do Céu tem sob Sua direcção o destino das nações e os negócios de Sua igreja.» — *Ibid.*, pág. 352.

Ensinando as crianças a estar sossegadas na Igreja

Por HAROLD W. CLARK

Ao ver pais distraídos tentando manter as suas crianças sossegadas (ou por vezes nem sequer isso tentando), e ao observar o desagrado de outros na confusão, fui levado a tentar fazer algumas sugestões. Talvez que a nossa experiência (pois minha esposa e eu criámos oito filhos) possa ser de algum auxílio.

A educação da criança deve começar quando ela é ainda muito, muito nova. Deve ser levada à igreja regularmente, mesmo como bebé nos braços, de sorte que o culto entre na sua consciência a despertar. Naturalmente, em idade tão tenra não lhe podemos dizer para estar sossegada, e assim temos de a levar para fora da sala se continuar a agitar-se e a chorar. Mas os pais devem sentar-se onde um ou outro deles o possa levar para fora, sossegadamente, se for

necessário. Em tal caso, como regra, deve ser levada outra vez para a sala, logo que a dificuldade termine. Deve crescer com a ideia de que ali tem de ficar, e de que o agitar-se não vai tornar-se um meio eficaz para se ausentar do culto. É-lhe fácil vir a sentir que a atenção especial que obtém quando está fora é preferível à que lhe é prestada quando está dentro. E assim pode vir a gostar de ser levado para fora, e a aprender que o agitar-se é uma maneira segura de obter o seu desejado objectivo de um pouco de atenção especial. Nunca deveria ser assim.

Logo que as percepções da criança atingem o ponto em que conhece o significado das ordens ou sugestões, deve-se-lhe ensinar que o falar ou chorar estão desloçados na igreja. Deve aprender o

ou quão pouco cada um pode dar para obter o preço. Declaremos antes no espírito de Paulo: «Na verdade, tenho também por perda todas as coisas, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor; pelo qual sofri a perda de todas as coisas, e as considero como estorço, para que possa ganhar a Cristo». (Fil. 3:8).

significado de um ligeiro sinal com os lábios e de um *s-s-ch*. Naturalmente, este ensino deve começar em casa. Mesmo que se excite tanto que o seu choro exija que seja levada para fora, deve ser acalmada e trazida de novo tão cedo quanto possível. Nesta fase do seu crescimento mental é mais que provável que aprenda que a perturbação lhe proporciona um agradável passeio ao «hall» ou uma viagem até casa, um e outra podendo ser mais desejáveis do que o ter de estar sossegada na igreja.

Uma criança desta idade necessita de ser castigada de alguma maneira, de sorte que venha a compreender que o sair não é inteiramente agradável. Pode ser divertido, talvez, ouvir uma criança dizer, a chorar, «Não me bata», quando está sendo levada para fora, mas pelo menos isso indica que ela está a aprender uma valiosa lição.

É aqui que a primeira educação tem valor. Se se tivesse conservado a criança em casa até se considerar suficientemente idosa para compreender o que lhe era dito, achar-se-ia num ambiente de tal maneira estranho que muito provavelmente toda a inclinação de sua parte para obedecer às vossas advertências seria vencida pelo seu acanhamento ou receio de rostos e sons estranhos, e ficaria atemorizada até ao ponto de chorar. Tenho visto crianças pequenas soluçarem e chorarem de medo por causa do som do órgão ou do canto da congregação.

O valor da educação em casa como preparatório para o comportamento na igreja não pode ser demasiadamente salientado. Em nossa casa tínhamos sempre culto de família, no qual todas as crianças participavam. Cantávamos bastante, e o cantar em grupo associava-se nas suas mentes com o culto divino. O mais novo sentava-se sempre ao colo da mãe, e requeria-se que estivesse sossegado — nunca se lhe permitia que estivesse a mexer-se ou a falar. Por vezes tínhamos de interromper o programa até se administrar a correcção conveniente, mas insistíamos sempre no silêncio da parte de todos, mesmo dos mais pequenos, ex-

cepto na altura em que podiam ter parte no programa. Por vezes, os mais pequenos não eram capazes de cantar em perfeito tom ou compasso, mas isso não era considerado uma falta.

Se uma criança aprende assim a comportar-se convenientemente em casa durante o período do culto, a transição para o culto na igreja está automaticamente feita. E a disciplina que obtém em casa será transferida para a igreja, contanto, como já se indicou, que tenha sido orientada para o grupo maior de maneira que não se sinta perturbada por ele.

Algo de especial devia sempre ser dado a uma criança pequena para prender o seu interesse durante o culto na igreja. Não se pode esperar que esteja rigidamente sentada durante uma hora de culto. Tentai fazê-lo vós, e quase vos sentis tentados a gritar. O único motivo porque o não fazeis é porque desenvolvestes inibições que uma criança ainda não desenvolveu. Tudo que se use para entreter a criança deve, se for possível, ser apropriado para a ocasião. De preferência a um urso ou a uma boneca, dai-lhe uma flor, um cromo ou um livro da Escola Sabatina, um bloco de papel e lápis — e, seja o que for, seja algo que não tenha durante a semana, excepto durante o culto em casa. Assim o seu interesse pelo novo objecto ajudá-la-á a manter-se sossegada. Se for algo associado com o culto em casa, tanto mais prontamente isso trará a associação com o culto na igreja.

Logo que uma criança tenha idade suficiente para escrever palavras, um bom plano consiste em dar-lhe um bloco de papel e um lápis e pedir-lhe que preste atenção ao orador e escreva tantas palavras quantas possa reconhecer. Ou dizei-lhe que aponte o número de vezes que a palavra Jesus, Deus, ou outra palavra dessa natureza, é usada. Podeis ter de esperar até que o orador comece a falar para escolher as vossas palavras, a fim de relacionar a vossa lista com o seu sermão. Daqui constituiria uma transição natural levá-la a fazer um esboço dos pontos principais

do discurso, desde que tenha atingido um grau em que possa compreender.

De qualquer forma, se nada mais for feito pela supervisão dos pais durante o culto, as crianças, onde haja mais do que uma, não devem ter autorização de falar baixo umas com as outras. O primeiro passo na sua educação deve ser o exemplo apresentado pelos pais. Se eles próprios se abstiverem de falar antes de começar o culto, durante ele, a sua conduta exercerá uma poderosa influência na restrição das crianças. Então, se as crianças se descuidarem, um ligeiro sinal as fará de novo voltar à ordem. Os pais nunca devem absorver-se tanto com os exercícios que percam de vista as actividades dos seus filhos ou os deixem falar, fazer caretas, ou distrair de outra maneira as outras pessoas. Se se der cuidadosamente esta educação, ela ajudará grandemente a vencer a tendência comum entre as crianças e jovens para conversarem durante o culto.

É belo ver uma família sentada junta durante o culto na igreja. Deve-se ensinar às crianças que o seu lugar próprio é no banco da família e não com outros. Mantende-as juntas, tanto quanto possível. Por certo, chegará a altura em que rapazes e meninas sentirão o desejo de ser independentes. Mas quanto mais forte for o laço da família tanto melhor, desde que não seja uma cadeia de obrigação dogmática. Sinto, porém, que mais ou menos se deve exercer certa compulsão até que a criança tenha mais de dez anos.

Os Adventistas do Sétimo Dia podem aprender uma lição de algumas outras igrejas. Devemos fazer tudo quanto pudermos para manter uma atitude de respeito e reverência durante os nossos cultos. Num dos programas de Art Litterature, ele perguntou a um pequeno qual era a diferença entre a Igreja Adventista e as outras. O pequeno respondeu: «É mais barulhenta». Infelizmente, pode haver muito de verdade nesta resposta. Não deveremos envidar todos os esforços para ensinar as nossas crianças a comportarem-se melhor.

Natureza e limites do regime concordatário

Por E. FERREIRA

«Na Concordata é francamente reconhecida a Igreja tal como ela é; mas não se lhe cria uma situação privilegiada tal, que algum cidadão português, qualquer que seja a religião que professe, sofra a menor deminuição dos seus direitos.»

D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA
Cardeal Patriarca de Lisboa

O regime concordatário vigente em Portugal desde 1940 é com frequência invocado para apoiar quer a afirmação de que a Igreja Católica é a igreja oficial do Estado, quer a de que, pelo menos, os elementos que constituem as minorias religiosas foram privados de alguns dos seus direitos.

Qualquer destas afirmações, não raramente proferidas até por pessoas revestidas de autoridade administrativa, está longe de corresponder à verdade. Com efeito, nem a letra da Concordata, nem as declarações das pessoas mais de perto relacionadas com a elaboração da mesma, nem a doutrina dos tratadistas de Direito Público Eclesiástico, e, particularmente, de Direito Concordatário, permitem tal conclusão.

Para esclarecimento do assunto pensámos que seria útil um rápido exame da questão, e daí a origem do presente artigo.

Objectivo das Concordatas

Para a compreensão do objectivo das Concordatas, torna-se interessante observar, embora sucintamente, alguns aspectos das relações entre a Igreja Católica e o Estado através dos séculos (1).

(1) Sobre este assunto são elucidativos os profundos estudos de Pedro Herranz, *La Teoría Concordataria*, e de Alfonso García Valdecasas, *La Personalidad Civil de la Iglesia y la Naturaleza Jurídica del Concordato*, publicados pela Faculdade de Direito da Universidade de Madrid, na colectânea de estudos intitulada *El Concordato de 1953*, Madrid 1956, págs. 17-38 e 143-164. Às ideias aí expendidas nos confessamos devedores.

Antes da tomada de Roma pelos Bárbaros em 476, o poder é quase discrecionariamente detido pelos imperadores, que ora hostilizam a Igreja, como sucedeu desde Nero a Diocleciano e a Juliano, ora a protegem, como Constantino e Teodósio. Durante esse período não se fala, como é natural, de Concordatas.

Depois da queda do Império Romano do Ocidente, surge o princípio teocrático da supremacia da Igreja sobre o Estado. Enquanto os príncipes temporais acatavam submissamente a autoridade dos papas, não havia necessidade de Concordatas. Esta impunha-se, porém, quando os reis, ciosos dos seus direitos e dos direitos dos seus súbditos, se viam na obrigação de reprimir ou sacudir abusos originados na exagerada ingerência da Igreja em assuntos seculares.

Diversos fenómenos — entre os quais a elevação social da burguesia, o fortalecimento do conceito de nacionalidade, a ampliação do horizonte intelectual consecutivo ao estudo dos clássicos e à invenção da imprensa, o contraste entre o Evangelho e o baixo nível espiritual a que tinha descido a Igreja — acompanharam a passagem da Idade Média para a Idade Moderna. Observa-se por toda a parte uma sede de emancipação, a que não é estranho o surto da Reforma. Nos países protestantes, onde a Igreja de Roma viu sacudida a sua autoridade, não se pensa em Concordatas. Nos países católicos, continua uma situação muito semelhante à da Idade Média, constatando-se o mesmo fenómeno: Concordatas, sempre que se torna necessário sacudir abusos eclesiásticos.

A Revolução Francesa, efectuada como tentativa de reconhecimento dos direitos fundamentais do homem, vibrou um profundo golpe no prestígio da Igreja Católica. As leis secularizam-se. As ideias liberais e o regime consti-

tucional espalham-se por todos os países latinos. Embora se ajustem algumas Concordatas em países (e enquanto) a Igreja Católica é a igreja oficial do Estado, torna-se cada vez mais geral a tendência para regimes de separação hostil, dos quais era apenas um exemplo o que se verificou em Portugal desde 1911.

A partir da primeira Guerra Mundial, observa-se por toda a parte um ilimitado e ingénuo optimismo pacifista. Sacudida a tirania, os vencedores crêem na vitória definitiva do Ideal. Nações que adquirem ou recuperam então a sua independência, valem-se de todos os meios que as ajudem a consolidar a sua posição. A Igreja Católica aproveita a oportunidade que se lhe oferece. É nessa altura que surgem as Concordatas com a Letónia, a Lituânia, a Checoslováquia, a Jugoslávia, a Polónia, a Roménia e a Áustria (1).

Em breve, porém, as nações acordaram para a realidade dos factos. A Sociedade das Nações — cidadela do Ideal — perde todo o seu prestígio e eficiência. As instituições democráticas são objecto de forte campanha de descrédito. Aparecem movimentos anti-democráticos, que encontram na Igreja Católica decidido apoio. É nesse ambiente que nascem as Concordatas mais favoráveis ao Vaticano — as chamadas Concordatas doutrinárias, que abrem uma nova época à influência de Roma. Pertencem a esse número as que se ajustaram com a Alemanha, a Itália, Portugal e a Espanha.

Depois da segunda Guerra Mundial, apesar do crescente prestígio da Igreja Católica no Ocidente, parece que o ambiente não

(1) Ver Angelus Perugini, *Concordata Vigentia notis historicis et iuridicis declarata*, Romae, 1950; e *El Panorama Mundial de los Concordatos Vigentes*, por Laureano Pérez Mier, na colectânea *El Concordato de 1953*, págs. 67-119.

se apresenta excepcionalmente propício para a elaboração de Concordatas do tipo que acabamos de referir.

Deste rápido exame, duas conclusões se impõem acerca do objectivo das Concordatas: 1.^a Quando a Igreja de Roma se encontra perseguida ou em minoria, não se fala de Concordatas, e, no entanto, era nessa situação que tal regime mais necessário se tornaria para ela. É que o objectivo das Concordatas não consiste essencialmente na reivindicação de *direitos*. 2.^a Quando a Igreja se encontra em posição favorável — ou porque o Estado necessita dela, ou porque ela engloba a maioria da população — surgem as Concordatas. É que o objectivo das Concordatas consiste no cerceamento ou no reconhecimento de *privilégios* à Igreja Católica para o exercício das suas actividades (1).

Partes Contratantes

A maioria das Concordatas antigas — a que hoje alguns chamam *Concordias* — eram estabelecidas entre o Estado e os representantes da Igreja, dentro do País, para assuntos que não exorbitavam do território da soberania nacional.

Outras Concordatas tiveram como partes contratantes o Estado e a Santa Sé, para assuntos referentes a territórios alheios à soberania nacional.

Outras, finalmente, têm sido ajustadas entre o Estado e o Vaticano, para assuntos relacionados com cidadãos que vivem dentro do território da soberania nacional.

Actualmente, não são frequentes as Concordatas do primeiro tipo mencionado, que correm o risco de equiparar a Igreja Católica a qualquer corporação de Direito público ou privado (2).

Segundo os teólogos e juristas católicos, a Igreja de Roma é uma sociedade perfeita exercendo uma soberania autêntica sobre os seus súbditos espalhados por toda a Terra. Sendo assim, os assuntos referentes à Igreja Católica dentro de um país devem ser tratados com o chefe hierárquico da Igreja para todo o Mundo.

Os autores não-católicos, estão longe de concordar com esse ponto de vista. Para eles, os dois primeiros tipos de Concordata são perfeitamente admissíveis.

Quanto ao terceiro tipo mencionado estabelecem uma distinção:

Se o Estado reconhece o catolicismo como religião oficial, acautando assim os princípios teológicos e jurídicos da mesma, é lógico que trate com o chefe mundial da Igreja Romana os assuntos que à mesma dizem respeito dentro das fronteiras do seu território.

Mas se o Estado não reconhece a Igreja Católica como religião oficial, ou, noutros termos, se vive em regime de separação, não deveria assumir uma atitude que implique confissão activa da aceitação de determinados dogmas. A sua posição perante a Teologia ou o Direito da Igreja deve, em princípio, ser diferente da que é assumida pelos teólogos e canonistas.

Assim como, no caso de súbditos evangélicos, o Estado não se dirige à sede da respectiva Igreja no estrangeiro mas aos representantes desses súbditos no próprio País, da mesma maneira — dizem eles — deveria proceder para com os seus súbditos católicos. Só assim trataria igualmente a todos os cidadãos, sem distinção de credos. Doutra sorte — continuam esses autores — reconhecer-se-ia uma soberania dentro de outra soberania (1).

(1) Assim foi interpretado por alguns o parecer votado pelo Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, datado de 11 de Agosto de 1949. Tendo o seminário católico de Viseu recusado remeter às autoridades portuguesas uma certidão comprovativa da sua frequência por certo aluno que interessava os fins do Estado Português, foi por aquela Procuradoria Geral emitido o parecer de que «se trata de um

Sobre tais questões jurídicas não desejamos, porém, pronunciar-nos.

As Concordatas Portuguesas através dos séculos

Numerosas foram as Concórdias e Concordatas estabelecidas entre os nossos Reis e os Prelados de Portugal, as quais passamos a apresentar, com referência a cada reinado (1).

D. Sancho I — Concórdia com o Bispo do Porto.

D. Afonso II — Duas Concórdias com os Prelados de Portugal.

D. Sancho II — Uma, em 1223, com o Arcebispo de Braga, e outra, em 1238, com o mesmo Prelado.

D. Afonso III — A de Paris, em 1245, na qual é exposto o modo como o monarca promete administrar o Reino, e a de Guimarães, em 1250, com os Bispos do Porto, Coimbra e Guarda.

D. Dinis — Alguns autores enumeram quatro Concordatas durante este reinado, mas parece que só duas, ambas de 1289, podem ser consideradas como tais: uma, de onze artigos, de 7 de Fevereiro, e outra, de quarenta artigos, de 12 do mesmo mês e ano.

D. Pedro I — Uma Concórdia nas Cortes Gerais de Elvas, em 1361.

D. João I — Uma, em Évora, provavelmente em 1391; e outra, em Santarém, em 1437.

D. Afonso V — A de Santarém, em 1455; e a de Almeirim, em 1458.

D. Manuel — Uma em 1516.

caso que, nos termos do artigo 30.^o da Concordata, deverá ser resolvido por via diplomática, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para que se apresente para este e futuros casos os termos em que nesta matéria o Estado Português pode esperar da Igreja Católica a referida cooperação. — *Diário do Governo*, II Série, de 1 de Outubro de 1949, pág. 5689.

(1) Podem encontrar-se os dados referentes ao assunto em Eduardo Brazão, *Colecção de Concordatas Estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940*, Lisboa, 1941; e Dr. Libânia Borges, *Concordatas e Concórdias Portuguesas*, Vila Real, 1953.

(1) Não vamos tão longe que digamos com Marnoco e Sousa: «São, pois, as Concordatas, em última análise, concessões revogáveis feitas pelo Estado». — *Direito Eclesiástico Português*, Coimbra, 1910, pág. 135.

(2) A última parece ter sido estabelecida em 18 de Junho de 1918, na Suíça, entre o Bispo de Basileia e Lugano e o Cantão de Lucerna. Ver Franciscus M. Marchesi, S. J., *Summula Iuris Publici Ecclesiastici*, Neapoli, 1948, pág. 1161.

confirmada por Leão X, a pedido do rei.

D. Sebastião — Duas Concórdias: uma, cuja data se ignora, referente à contribuição eclesiástica para as despesas da guerra de África; e outra, cuja autenticidade é posta em dúvida, de 1578.

D. João V — Duas Concordatas com a Santa Sé, em 19 de Dezembro de 1737 e 30 de Agosto de 1745.

D. José — Uma Concordata sobre a limitação do Privilégio do Foro, de 11 de Agosto de 1759.

D. Maria I — Ajustou-se uma Concordata, em 20 de Julho de 1778, sobre o privilégio concedido à Coroa Portuguesa de apresentar os clérigos idóneos para alguns benefícios reservados à Santa Sé (1).

D. Maria II — Em 21 de Outubro de 1848, foi assinada uma Concordata provocada pelas reformas políticas de 1834. Versa sobre a Bula da Cruzada, os Seminários, os Cabidos, o Tribunal da Nunciatura, os Conventos de freiras, a venda de bens eclesiásticos, a circunscrição de algumas dioceses na Metrópole, Angola, S. Tomé e Oriente.

D. Pedro V — Neste reinado foi ajustada uma Concordata em 21 de Fevereiro de 1857, acerca do Padroado do Oriente. De acordo com ela, o direito do Padroado da Coroa Portuguesa mantinha-se ainda relativamente a Goa, Cranganor, Cochim, S. Tomé de Meliapor, Malaca e Macau.

D. Luís I — Numa Concordata, de 20 de Junho de 1886, são feitas algumas modificações à anterior.

Já no período da República, foram estabelecidas as seguintes Concordatas:

Em 15 de Abril de 1928, foi assinada uma Concordata modificando a situação do Padroado no Oriente. É reconhecido Padroado Pleno sobre as dioceses de Goa, Cochim, S. Tomé de Meliapor e

Macau; e Padroado Semi-pleno, ou Semi-padroado, sobre as de Bombaim, Mangalor e Trichinopolis, nas Índias Britânicas.

Em 11 de Abril de 1929 foi estabelecida nova Concordata sobre o Padroado do Oriente, tendo como objecto a diocese de S. Tomé de Meliapor.

Em 7 de Maio de 1940, foi assinada a última Concordata, que tão grande influência havia de exercer sobre a evolução da mentalidade e dos acontecimentos em Portugal, e que passamos a examinar mais pormenorizadamente.

A Concordata de 1940

Depois de se reconhecer a personalidade jurídica da Igreja Católica, e de se estabelecerem os princípios gerais da organização de associações, corporações e institutos religiosos, assim como da aquisição e regime dos seus bens, são concedidos vários privilégios, dentre os quais salientamos os seguintes:

Isenção de impostos e contribuições: «São isentos de qualquer imposto ou contribuição, geral ou local, os templos e objectos neles contidos, os seminários ou quaisquer estabelecimentos destinados à formação do clero, e bem assim os editais e avisos afixados à porta das igrejas, relativos ao ministério sagrado; de igual isenção gozam os eclesiásticos pelo exercício do seu múnus espiritual.

«Os bens e entidades eclesiásticas, não compreendidos na alínea precedente, não poderão ser onerados com impostos ou contribuições especiais.» (Art. 8.º).

Protecção do Estado no exercício do ministério eclesiástico: «No exercício do seu ministério, os eclesiásticos gozam da protecção do Estado, nos mesmos termos que as autoridades públicas.» (Art. 119.º).

Serviço militar: «O serviço militar será prestado pelos sacerdotes e clérigos sob a forma de assistência religiosa às forças armadas e, em tempo de guerra, também nas formações sanitárias. Todavia o Governo providenciará para que mes-

mo em caso de guerra o dito serviço militar se realize com o menor prejuízo possível para a cura de almas das populações na Metrópole e no Ultramar Português». (Art. 14.º). Ver também os artigos 18.º e 19.º.

Assistência espiritual a certos estabelecimentos: «Para garantir a assistência espiritual nos hospitais, refúgios, colégios, asilos, prisões e outros estabelecimentos similares do Estado, das autarquias locais e institucionais e das Misericórdias, que não tenham capela e serviço privativo para este efeito, é livre o acesso ao pároco do lugar e ao sacerdote encarregado destes serviços pela competente autoridade eclesiástica, sem prejuízo da observância dos respectivos regulamentos, salvo em casos de urgência.» (Art. 17.º).

Ensino Particular: «As associações e organizações da Igreja podem livremente estabelecer e manter escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas, nos termos do direito comum, à fiscalização deste, e podendo, nos mesmos termos, ser subsidiadas e oficializadas.

«O ensino religioso nas escolas e cursos particulares não depende de autorização do Estado e poderá ser livremente ministrado pela Autoridade eclesiástica ou pelos seus encarregados.

«É livre a fundação dos seminários ou de quaisquer outros estabelecimentos de formação ou alta cultura eclesiástica. O seu regime interno não está sujeito à fiscalização do Estado. A este deverão, no entanto, ser comunicados os livros adoptados de disciplinas não filosóficas ou teológicas. As Autoridades eclesiásticas competentes cuidarão que no ensino das disciplinas especiais, como no da História, se tenha em conta o legítimo sentimento patriótico português.» (Art. 20.º).

A religião católica no ensino oficial: «O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no País. Consequentemente, minis-

(1) Como vemos pelo que atrás fica, não parece rigorosamente exacta a afirmação de Libânio Borges, *op. cit.*, pág. 44, de que esta foi «a primeira Concordata feita directamente entre a Santa Sé e Portugal».

MEFIBOSETE

Por D. A. DELAFIELD

Me-fi-bo-se-te!

Que nome tão comprido — Mefibosete. Sabeis quem era ele? Sim, tendes razão — o filho de Jonatas. Diz-se que o nome significa: «O que espalha vergonha». Pobre homem! Ele era coxo de ambos os pés. Quando tinha apenas cinco anos de idade, sua ama pegou nele para fugirem quando chegou a notícia da morte de seu pai no campo de batalha, e ela deixou-o cair. Ao cair, ficou muito ferido. Ele também teve o infortúnio de ser parente de Saul, que fora inimigo do Rei David.

Quando David subiu ao trono, perguntou se havia alguém que pertencesse à casa de Saul a quem pudesse fazer bem. Segundo ele dizia, desejava fazer isso «por amor de Jonatas». Jonatas, como vos lembrais, tinha sido o mais íntimo amigo de David.

Ora havia um servo de Saul chamado Ziba. Quando soube que David pretendia mostrar beneficência para com a casa de Saul, teve imenso prazer.

«Ainda há um filho de Jonatas, aleijado de ambos os pés», disse ele.

O rei perguntou: «Onde está?» A Bíblia diz que Ziba imediatamente foi buscar o filho de Jonatas e o trouxe ao rei David.

«E disse David: Mefibosete! E ele disse: Eis aqui teu servo. E disse-lhe David: Não temas, porque decerto usarei contigo de beneficência por amor de Jonatas, teu pai.»

E David disse que restituiria a este jovem todas as terras de Saul, seu avô, e que de continuo podia comer pão à mesa de David.

Mefibosete ficou estupefacto com tanta bondade. Prostrando-se aos pés de David, exclamou: «Quem é teu servo, para tu teres olhado para um cão morto tal como eu?» Sentiu que talvez lhe pudessem ser dadas as migalhas, mas nada mais.

Ora, jovens, eu penso que David foi maravilhosamente bondoso, quando mostrou misericórdia para com a casa do seu inimigo. Não

pensais vós assim? Esta história tem uma lição muito importante para nós. Deus olha ternamente para os habitantes deste mundo pecaminoso — de um mundo em rebelião contra Ele. Nosso Pai celeste aguarda poder mostrar-nos beneficência por amor de Jesus. Não merecemos essa bondade. Como Mefibosete, somos coxos. O pecado fez-nos coxos e fracos. Por natureza somos pecadores. Pertencemos à casa do inimigo. Mas Deus ama-nos tanto que apesar disso nos mostra beneficência. Jesus, Seu Filho, morreu no campo de batalha por nós, e em Seu querido nome o Pai ergue-nos a um lugar à Sua mesa no céu.

Se cremos em Jesus, um dia Ele nos exaltará para nos sentar ao Seu lado no Seu trono para sempre. Sim, seremos membros da família real. Comeremos de continuo pão com Jesus. Oh, quão bondoso e amável é Deus, o Pai. Ele está sempre vigiando para salvar os perdidos. Aqui está um bom texto para fixar: «Porque, quanto ao Senhor, Seus olhos passam por toda a terra, para mostrar-Se forte para com aqueles cujo coração é perfeito para com Ele». (2 Cron. 16:9). Sois vós como Mefibosete? Se sois, vinde receber a bênção do Rei. Ele vos recomendará com indizíveis tesouros.

PEQUENAS IGREJAS

Por MARENUS H. JENSEN

Muitas das nossas igrejas são pequenas — algumas muito pequenas, apenas com poucos membros. Isto tem sido para muitos causa de desânimo e perplexidade. Embora isto não me tenha causado desânimo, tem-me causado também perplexidade.

Em primeiro lugar, não posso compreender porque tantas pessoas recusam aceitar a Cristo e ao seu modo de vida, quando Ele oferece tudo o que é bom e realmente valioso já nesta vida, e depois a vida eterna. Nem posso compreender porque tantos continuam a servir ao diabo, quando os prazeres que ele oferece são tão vazios e decepcionantes. Eles apenas levam a dificuldades nesta vida, e depois à morte eterna.

A fria realidade, porém, é que são mais as pessoas que escolhem o diabo e o seu modo de vida, com todas as decepções, sofrimentos e morte eterna que isso implica, do que as que escolhem Cristo e o Seu modo de vida, com sua paz, consciência limpa, e felicidade aqui, e por fim a vida eterna. Porque escolhem as pessoas a morte em vez

da vida? Não sei responder a esta pergunta.

Mas tenho por assente que não podemos deixar-nos perturbar por números. Foi o próprio Mestre que indicou que a estrada para a perdição é larga e muitos são os que a escolhem. As multidões estão seguindo hoje essa via, e talvez continuem a seguir apesar de tudo quanto nós ou o Céu possamos fazer.

Se vos achardes com os poucos no caminho estreito, não desaniméis. Deus nunca dependeu de grandes números nem de grandes riquezas para fazer a Sua obra. Noé, quase sozinho, pregou fielmente a sua mensagem de advertência ao mundo antediluviano. Israel não foi escolhido em virtude do seu grande número. O mesmo sucedeu com a igreja primitiva. Havia apenas 120 discípulos no cenáculo, mas que poderosa obra foi realizada pela sua consagração, coragem e fé.

Sim, comparativamente falando, somos um povo pequeno, mas temos uma grande obra a fazer. Foi-nos dada a responsabilidade de

pregar o evangelho eterno a toda a nação, língua e povo. É, com efeito, estupenda a tarefa a ser realizada por tão poucos numa geração. Isso não nos deixa tempo nem dinheiro para a construção de dispendiosas catedrais. Por isso erigimos alegremente modestas igrejas, e delas pequenas congregações encontram gozo e satisfação em transmitir a história do Salvador crucificado aos que estão perdidos em pecado.

A maior parte dos nossos ministros não são o que o mundo chamaria grandes homens; mas, graças a Deus, são consagrados e valorosos obreiros do evangelho. Por qualquer motivo, Deus tem chamado a maior parte dos Seus dirigentes, através dos séculos, de humildes caminhos da vida. David era um pastor. Gideão era lavrador. Pedro era pescador. E todavia Deus abençoou grandemente o trabalho feito por esses piedosos homens.

O Salvador dirigiu a Sua mensagem a todas as classes de homens e mulheres — altos e baixos, ricos e pobres, sábios e ignorantes. É assim podemos esperar que seja hoje. Se desejarmos estar com a multidão, onde dominam a pompa, a riqueza, a glória e o poder, temos de procurar fora da Igreja Adventista, porque estas não são as características do povo remanescente.

Como o fiel Josué de outrora, afastemos os olhos das nações que nos rodeiam. Fixemo-los antes na tarefa que está às nossas mãos e no belo país de Canaã que está à nossa frente. Sejamos fieis ao Senhor mesmo que a nossa igreja seja pequena e o nosso número não seja elevado.

DEVOÇÃO MATINAL

PARA 1958

Já temos à disposição dos nossos leitores a **Devoção Matinal para 1958**, ao preço de \$3.00, e as **Meditações Matinais**, que passam a custar apenas \$2.50.

ATRAVÉS DO MUNDO ADVENTISTA

Sanatório de Hultafors, Suécia

«Estão tocando para o seu Sábado», explicou um doente no nosso Sanatório de Hultafors, na Suécia, a um recém-chegado, quando o sino ao pôr-do-sol de sexta-feira anunciou a aproximação do santo dia de Deus. «Preste atenção», continuou ele, «e em breve notará que cessam todas as actividades e ruídos.» E assim outro doente vindo para o nosso sanatório sueco a fim de receber tratamento encontrou o povo que guarda o dia que Deus na criação pôs à parte para uso santo.

O Sanatório de Hultafors está belamente localizado na encosta de um monte coberto de árvores, sobranceiro a um lago de espelhlentas águas, que, por sua vez, está rodeado de colinas cobertas de árvores. Durante muitos anos tem dado o seu testemunho a favor da verdade de Deus. Centenas de pessoas têm vindo em busca de tratamento e repouso e têm-se unido em períodos diários de culto realizados imediatamente após o almoço no espaçoso salão de visitas. Ficámos impressionados com a assistência regular de praticamente todos os doentes a essas reuniões. É uma feliz combinação de ministério ao corpo e à alma, hoje tão grandemente necessitado.

No Sanatório de Hultafors encontramos um dedicado grupo de médicos, enfermeiras e obreiros, todos sentindo a sua responsabilidade de contribuir quanto podem para tornar o sanatório outra luz brilhando neste escuro mundo. A numerosa e constante clientela através de todo o ano testifica quanto os seus serviços são apreciados e necessitados. — R. R. Figuhr.

Conversão de um bandido

Na Sicília um bandido que era um terror para a sua povoação recebeu de um baptista um exemplar de um dos evangelhos. Pela mesma altura entrou em contacto com o ancião de uma das nossas

pequenas igrejas. Juntos falaram acerca do estado dos mortos e de outros assuntos. O bandido ficou intensamente interessado. Recebeu estudos bíblicos, aceitou a verdade, e tornou-se membro da igreja. Mais tarde os nossos dirigentes foram ao comissário da polícia na vila onde o bandido convertido vive afim de pedirem autorização para abrir uma sala de culto nesse lugar. O comissário concedeu alegremente a desejada permissão, dizendo que «uma religião que pode fazer pelas pessoas o que a vossa religião fez por este homem que antes era um perigo e terror para toda a vila é uma religião digna, precisamente o que necessitamos». — A. V. Olson.

O epílogo de uma tragédia

Há muitos anos atrás um homem voltou dos Estados Unidos para a sua casa em Itália com uma Bíblia em sua posse. Antes de deixar a América tinha ouvido que havia pessoas ali que guardavam o Sábado, o sétimo dia da semana, como seu dia de repouso. Ao ler a Bíblia em casa, descobriu que eles tinham razão. Desejando obedecer ao seu Deus, decidiu guardar o Sábado.

Depois de ter feito essa decisão sentiu o desejo de converter sua esposa e filhos, e começou a falar-lhes da fé que acabava de achar. Sua esposa irou-se muito e não queria ouvi-lo falar acerca do assunto. Um dia quando ambos trabalhavam juntos no campo ele cuidadosamente abordou de novo o assunto. Imediatamente ela ficou furiosa, pegou na enxada, e cravou-a na sua cabeça, matando-o. Em consequência disso foi condenada a trinta anos de prisão.

Os filhos, que amavam o seu pai e tinham grande confiança nele, leram fielmente a sua Bíblia. Ao fazê-lo descobriram que ele tinha razão, e começaram a guardar o Sábado. Recentemente souberam que há uma igreja adventista do sétimo dia a uns setenta quiló-

metros da sua terra. Procuraram-na e encontraram-na. Combinaram-se estudos bíblicos, e agora vão ser baptizados.

A mãe, cumprida a sua pena de trinta anos, foi posta em liberdade. O seu coração foi transformado. Está agora recebendo estudos bíblicos, e parece que em breve estará pronta para o baptismo. — *A. V. Olson.*

Skodsborg — o nosso maior Sanatório na Europa

Durante mais de meio século o Sanatório de Skodsborg, na Dinamarca, tem sido um grande centro de força para a nossa Obra na Europa Setentrional. Skodsborg é a instituição-mãe de muitas outras instituições médicas estabelecidas mais recentemente naquele campo. Foi aqui que muitos dos obreiros de outras instituições, incluindo 130 clínicas particulares, receberam a sua educação. Vários fisioterapeutas que trabalham noutras partes do mundo receberam a sua esplêndida educação em Skodsborg.

O Dr. A. Anderson, director médico, e H. Westerlund, administrador, têm dirigido com eficiência esta instituição durante muitos anos. A forma de medicina do Estado que prevalece na Dinamarca tem em grau considerável influenciado o carácter do trabalho nesta instituição. A cirurgia, a obstetrícia e outras actividades especializadas são realizadas no mais alto nível em hospitais do Estado por médicos empregados pelo Estado, sem qualquer custo para o doente. Isto deixa ao nosso povo o campo da medicina geral, com ênfase especial na fisioterapia. Geralmente falando, a clientela é constituída por pessoas das classes mais elevadas, e o registo do sanatório dir-se-ia uma secção de *Who's Who* da Europa Setentrional.

Não virá fora de propósito afirmar que em nenhum outro lugar do mundo se pode encontrar uma equipa de uns setenta e cinco a cem terapeutas tão peritos em hidroterapia e massagem como em Skodsborg.

A SUÉCIA CELEBRA O SEU 75.º ANIVERSÁRIO

Por R. R. FIGUERRA

Espalhavam-se luzes sobre o mapa da Suécia à medida que G. A. Lindsay traçava o crescimento da nossa obra desde o seu início na Escandinávia em 1877 até ao presente. A grande congregação num dos «auditoriums» de Estocolmo estava celebrando o septuagésimo quinto aniversário do Adventismo na Suécia. Em 1877, John G. Matteson chegou à Dinamarca e começou a trabalhar naquela área. No ano seguinte transferiu-se para Oslo para pregar e publicar a mensagem. Um homem da Suécia ouviu-o e levou as sementes da verdade no seu coração para a sua cidade natal. Em breve, daquela cidade sueca veio um insistente pedido por um obreiro. Pouco depois, a primeira luz brilhou na Suécia — uma igreja Adventista do Sétimo Dia no ano de 1880. A conferência foi organizada em 1882.

Nesta reunião de aniversário um valoroso membro de noventa e um anos levantou-se e contou como pela primeira vez ouviu a mensagem há sessenta e seis anos, e reconhecendo-a como verdade bíblica a aceitou e viveu nela desde então. Outro leigo de perto de noventa anos lembrou como, quando era um jovem marinheiro de vinte anos de idade, se uniu à tripulação do *Pitcairn* na sua histórica viagem missionária ao Sul do Pacífico. Ao voltar, apressou-se a visitar os seus pais na Suécia

e a dar-lhes a conhecer a fé que acabava de encontrar. Uma vez ali, os irmãos não o deixaram voltar à América, mas insistiram para que permanecesse na Suécia e se unisse a eles na proclamação da verdade. Isso ele fez, trabalhando como obreiro regular durante bastantes anos e continuando depois como obreiro voluntário, tendo nesta situação prestado notável serviço por mais de três décadas. Nos corações desses dois crentes veteranos a chama do Adventismo arde ainda brilhantemente.

Os começos da nossa obra na Suécia não foram destituídos de provas e dificuldades. Um dos nossos primeiros e fervorosos ministros foi detido e condenado por ensinar heresias em certa área. Ele recusou pagar a multa, dizendo que se o fizesse reconhecera que era culpado. E assim foi para a prisão, vivendo a pão e água durante oito dias. Ao ser solto, imediatamente retomou de novo a sua pregação. Maiores multidões do que anteriormente vinham ouvi-lo.

Com o apreço habitual pela literatura manifestado pelos nossos pioneiros adventistas, os da Suécia publicaram e puseram em circulação os nossos livros e revistas. Um total de dois milhões e meio de exemplares dos nossos livros foram colocados nas mãos do povo na Suécia, sem contar inumeráveis revistas e folhetos.

A Suécia tem-se interessado pelo nosso programa das missões no estrangeiro, e através dos anos tem enviado os seus filhos e filhas a muitos campos missionários. Há quarenta e oito anos a Etiópia foi atribuída à Divisão Norte-Europeia como sua responsabilidade especial. A Suécia uniu-se lealmente na manutenção do trabalho ali. Nesta ocasião de aniversário, vieram palavras de saudação de grande número de missionários suecos

borg. Constituem um grupo de homens e mulheres novos, de faces rosadas e aspecto sadio, que encontramos nos corredores, na sala de jantar, na «hidro», e no culto da manhã, assistido por um grupo maior do que qualquer visto por mim em qualquer outra instituição. — *T. R. Flaiz.*

que trabalham actualmente desde o Ceilão ao interior da África. Os campos vizinhos enviaram as suas saudações, a mais significativa das quais veio da Finlândia: «Estamos alegres porque não guardastes a mensagem para vós mesmos mas a enviastes até nós».

A fome do povo pela nossa literatura manifesta-se na seguinte carta escrita em 1878 por um homem à sua irmã em Michigan, que lhe tinha pago a assinatura da revista de igreja, em sueco. «Querida irmã: Muito obrigado pela tua estimada carta. Eu estava triste, porque pensava que tinha lido o último número do *Arauto*. Pensava que não havia esperança de continuar a receber esta revista. Orei a esse respeito. Ontem, Natanael (o filho) foi à cidade. Inesperadamente, encontrava-se no correio um exemplar do *Arauto*. Ao voltar para casa, perguntou: 'É capaz de descobrir, pai, o que eu trago comigo? É algo de que muito gosta'. Perguntei-lhe se era comida. Respondeu que era algo que eu apreciava mais do que a comida. Respondi que eu nada conhecia que fosse melhor do que o *Arauto* e não podia crer que ele o trouxesse consigo. Então pegou nele e mostrou-mo. Em seguida a minha mulher, os filhos e eu passámos um tempo maravilhoso agradecendo a Deus por esta revista, que tão querida nos é».

O lema que estava sobre a tribuna na reunião do aniversário apropriava-se bem ao que os nossos membros sentiam ao passarem em revista os últimos setenta e cinco anos — «Até aqui o Senhor nos tem ajudado». É evidente que a mão de Deus esteve no começo da obra e que Ele velou sobre ela e guiou o seu desenvolvimento. Temos valorosos e leais crentes na Suécia. Eles aguardam fervorosamente a breve volta do Senhor, confiando que «Ele virá e não tardará».

Natureza e limites do regime concordatário

(Continuação da pág. 7)

trar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção.

«Nos asilos, orfanatos, estabelecimentos e institutos oficiais de educação de menores, e de correcção ou reforma, dependentes do Estado, será ministrado, por conta dele, o ensino da religião católica e assegurada a prática dos seus preceitos.

«Para o ensino da religião católica, o texto deverá ser aprovado pela Autoridade eclesiástica e os professores serão nomeados pelo Estado de acordo com ela. Em nenhum caso poderá ser ministrado o sobredito ensino por pessoas que a Autoridade eclesiástica não tenha aprovado como idóneas.»

Casamento e divórcio: «O Estado Português reconhece efeitos civis aos casamentos celebrados em conformidade com as leis canónicas, desde que a acta do casamento seja transcrita nos competentes registos do estado civil». (Art. 22.º).

«Em harmonia com as propriedades essenciais do casamento católico, entende-se que, pelo próprio facto da celebração do casamento canónico, os cônjuges renunciarão à faculdade civil de requererem o divórcio, que por isso não poderá ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos.» (Art. 24.º).

Protecção às Missões Católicas: «As corporações missionárias reconhecidas estabelecerão em Portugal continental ou Ilhas adjacentes casas de formação e de repouso para o seu pessoal missionário. As casas de formação e de repouso de cada corporação constituem um único instituto, subsidiado pelo orçamento da Metrópole.

«As dioceses e circunscrições missionárias, às outras entidades eclesiásticas e aos outros institutos religiosos das colónias, e bem assim aos institutos missionários mas-

culinos e femininos, que se estabeleceram em Portugal continental ou Ilhas Adjacentes, é reconhecida a personalidade jurídica.

«As dioceses e as circunscrições missionárias serão subsidiadas pelo Estado. (Art. 27.º) (1).

«Os Ordinários das dioceses e circunscrições missionárias, quando não haja missionários portugueses em número suficiente, podem, de acordo com a Santa Sé e com o Governo, chamar missionários estrangeiros, os quais serão admitidos nas missões da organização missionária portuguesa, desde que declarem submeter-se às leis e tribunais portugueses. Esta submissão será a que convém a eclesiásticos.» (Art. 28.º) (2).

As normas da Concordata relativas às Missões Católicas foram desenvolvidas no Acordo Missionário, da mesma data.

Uma e outro abriram o caminho para o Decreto-Lei n.º 31.207, de 5 de Abril de 1941, mais conhecido pela designação de Estatuto Missionário.

(1) Em cumprimento deste artigo, no Orçamento Geral do Estado e das diferentes Províncias Ultramarinas, para 1957, foram inscritas as seguintes verbas:

Subsídios para casas de formação na Metrópole	
Cabo Verde	8:900.000\$00
Guiné	756.000\$00
Guiné	2:103.600\$00
S. Tomé e Príncipe ...	496.000\$00
Angola	31:074.000\$00
Moçambique	35:938.020\$00
Índia	3:1160.000\$00
Macao	800.000\$00
Timor	3:651.400\$00
Total	86:879.020\$00

(2) Segundo o Anuário Estatístico do Ultramar, para 1954, último publicado até hoje, havia naquele ano em Angola 199 missionários católicos portugueses e 124 estrangeiros; em Moçambique, 140 portugueses e 134 estrangeiros. (Em 1951, havia nesta última Província, 122 portugueses e 126 estrangeiros).

Segundo o Anuário Católico de Portugal, para 1957, na Guiné há 14 missionários católicos portugueses e 19 estrangeiros.

A Concordata e as Minorias Religiosas

A Concordata de 1940 é diferente de todas as que anteriormente o Estado português assinou e, apesar de acusar a tendência actual do Direito Concordatário, poucas mais nações alinham ao nosso lado com Concordatas semelhantes.

Ao passo que as outras Concordatas se destinavam a resolver qualquer litúgio particular, esta estabelece doutrina, que é subscrita pelo Estado. Daí a designação de *Concordata doutrinária* (1).

Por outro lado, não obstante a subscrição dessa doutrina, o Estado não reconhece a Igreja Católica como Igreja oficial. Trata-se, pois, de uma *Concordata de separação*.

Como não podia deixar de ser, permanecem intactos todos os direitos que a Constituição e a legislação em vigor outorgam às minorias religiosas.

Salientou a este propósito o Dr. Francisco I. Pereira dos Santos: «O regime concordatário não implica de forma alguma a supressão da liberdade das crenças. Todas as confissões religiosas que respeitem os princípios de ordem pública devem gozar da liberdade necessária para o seu exercício. A base desta liberdade não consiste num igual direito à existência para todas as religiões verdadeiras ou falsas, mas numa necessidade de bem público e para não comprometer a paz social. A verdadeira religião não tem, de resto, nada a recear da concorrência das outras confissões, desde que goze da liberdade necessária para agir e mostrar aos olhos de todos a sua eminente superioridade» (2).

Com estas, concordam as palavras do Prof. Dr. Oliveira Salazar, proferidas precisamente na sessão da Assembleia Nacional em que foi aprovada a Concordata: «Nós tiramos da experiência esta dupla lição: melhor se rege a Igreja a si própria, em harmonia com as suas necessidades e fins, do que pode dirigi-la o Estado através da sua burocracia; melhor se defende e robustece o Estado a definir e realizar o interesse nacional nos domínios que lhe são próprios, do que pedindo emprestada à Igreja força política que lhe falte. Digamos por outras palavras: o Estado vai abster-se de fazer política com a Igreja, na certeza de que a Igreja se abstém de fazer política com o Estado.

«Nada teríamos aprendido, uns e outros, se não víssemos como o privilégio pode corromper, a protecção transmutar-se em cerceamento de liberdades essenciais, e a política religiosa desviar-se da defesa dos interesses da Igreja para outras finalidades, perturbadoras da acção legítima do Estado, e que portanto este não pode consentir» (1).

São da mesma autorizada fonte as seguintes palavras dirigidas no Palácio de S. Bento, a 7 de Maio de 1940, aos directores dos jornais de Lisboa: «A Concordata que viesse a fazer-se não poderia pois obedecer aos velhos moldes, antes deveria pertencer ao novo tipo a que poderemos chamar Concordatas de separação, pelas quais o Estado e a Igreja reconhecem mutuamente os seus direitos e legítimos interesses; em que à consciência religiosa da Nação são garantidos os seus inalteráveis direitos, sem ferir as legítimas susceptibilidades dos que não comungam na mesma crença» (2).

Se restasse dúvida acerca da

ortodoxia católica das palavras que acabamos de ler, ela se desvaneceria perante as seguintes declarações do Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira:

«Na Concordata é francamente reconhecida a Igreja tal como ela é; mas não se lhe cria uma situação privilegiada tal, que algum cidadão português, qualquer que seja a religião que professe, sofra a menor diminuição dos seus direitos...

«Ná nossa Concordata — e é esta a segunda conclusão — a Igreja Católica é reconhecida como a da grande maioria da Nação, mas não é considerada como Igreja do Estado» (1).

«Ninguém por efeito das suas disposições foi deminuído nos seus direitos.

«O que ela fez foi reconhecer e garantir os direitos da consciência católica, que a Lei de Separação tinha violentamente negado e conculcado, sem com isto negar ou conculcar fosse o que fosse dos direitos daqueles que não são católicos. Reconheceu e garantiu direitos; não negou nem retirou nenhuns» (2).

Conclusão

Ao lermos as páginas que atrás ficam, uma dupla conclusão se impõe:

1. Pela Concordata, são atribuídos privilégios à Igreja Católica — igreja de que faz parte a grande maioria dos portugueses da Metrópole.

2. A Concordata não priva — ou, pelo menos, não deve privar — de nenhum dos seus direitos os elementos constitutivos das minorias religiosas.

(1) «Hoje em dia todos os canonistas admitem a condição de Lei própria da Concordata e afirmam a prioridade do carácter normativo à qualidade de convénio ou de contrato». — Pedro Herranz, *loc. cit.*, pág. 33.

(2) Francisco I. Pereira dos Santos, *Un Etat Corporatif — La Constitution Sociale et Politique Portugaise*. 2.ª edição. Paris-Porto, 1940, págs. 394-395. Segundo o Prof. Marcelo Caetano (*A Constituição de 1933 — Estudo de Direito Político*, Coimbra, 1956, pág.

13), esta obra é «o melhor estudo que até hoje foi feito sobre a Constituição de 1933, seus princípios fundamentais e seu espírito».

(1) Prof. Dr. Oliveira Salazar, *Dos cursos*, vol. III, Coimbra, 1943, págs. 238-240.

(2) Cfr. *Novidades*, de 8 de Maio de 1940.

(1) D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. II, Lisboa, 1943, pág. 186.

(2) Do discurso ao Clero de Lisboa em 29 de Novembro de 1956. Cfr. *Seleccção Documental*, Novembro-Dezembro de 1956, pág. 173.

NOTÍCIAS DO CAMPO

CALDAS DA RAINHA

Ao ter-me sido feito o convite para nas colunas desta Revista dar algumas notícias do meu campo de trabalho, não quero deixar de corresponder ao que neste convite há de mais sincero e imparcial, aproveitando o ensejo que estas linhas me oferecem, para manifestar à Direcção da Revista Adventista os meus agradecimentos e para por meio dela também, saudar a todos os leitores e irmãos amigos.

Aqui nas Caldas da Rainha, onde pela graça e vontade divina me encontro há um ano, o Evangelho está sendo publicamente anunciado há praticamente seis meses, desde que em 26 de Maio p.p., tivemos o prazer de abrir a nossa sala de reuniões.

Desde então para cá, o termómetro das presenças tem sido um pouco irregular nas suas marcações; agrada-nos no entanto, poder registar, além das visitas fortuitas, aproximadamente uma dúzia de almas que, pelo facto de as vermos em todas as reuniões, ocupando sempre os mesmos lugares, já as consideramos das nossas.

As Caldas da Rainha, em todo o nosso país conhecida pela abundância dos seus finos e saborosos frutos, promete-nos também, num futuro mais ou menos próximo, uma colheita não menos rica, de preciosos frutos espirituais, que constituirão não só a nossa alegria, como também a das hostes celestes que, fazendo vibrar as suas hampas, cantarão diante do trono do Cordeiro: «Santo, Santo, Santo, é o Senhor dos Exércitos; toda a terra está cheia da Sua glória».

No Sábado, 26 do passado mês de Outubro, tivemos o prazer de recolher as primícias deste jovem e prometedor «pomar», vendo emergir das águas baptismas, entre outros, os irmãos António Martins, Maria Martins e Germano de Sousa, que constituem os primeiros neófitos da Igreja das Caldas. Foi ministro oficiante, o Pastor Pedro Brito Ribeiro que, efectuando nesta data baptismos para a sua Igreja, em Alvalade, se dignou incorporar nessa mesma cerimónia os nossos quatro candidatos assim repartidos: três, pelas Caldas e um, pelo Cadaval, chamando-se este último, Ana Machado. Damos infinitas graças a Deus, porque outros estão aguardando para ainda este ano

se decidirem pelo Mestre, dando o seu testemunho público pelo acto do baptismo.

Assim, quer nas Caldas, no Cadaval ou em Peniche, o nome do Senhor está sendo anunciado, servindo-nos para tal, da palavra, de revistas, de convites impressos e de folhetos. Cada semana, mais de 120 almas estão recebendo literatura pelo correio, assistindo algumas delas às nossas reuniões e sendo outras visitadas em suas próprias casas. O programa que se nos apresenta é vasto, mas inspira-nos, vendo-lhe à frente Jesus, que sollicitamente o encaminha. Esperamos, no início do próximo ano, principiar um trabalho definido entre alguns jovens que aqui contamos nas Caldas, começando, na realização deste programa, com as tão úteis e já conhecidas noutras Igrejas, reuniões da Juventude.

Estamos agora em plena semana de oração.

Tanto nas Caldas, como no Cadaval, ou em Peniche, o programa cumpre-se fiel e animosamente. Nem em todas as reuniões, nestes vários lugares, eu poderei estar presente, embora tivéssemos feito arranjos para que isso se tornasse possível o maior número de vezes; não obstante, cônscios da presença do Divino Mestre, todos eles, amigos e irmãos, se reúnem, têm as comunicações e oram.

Estimados irmãos! Não desejais vós connosco orar, pelo progresso da causa de Deus, neste recanto do nosso país? Que o Senhor vos ouça e atenda, derramando também sobre cada um de vós as Suas misericordiosas bênçãos. Amém.

Vosso conservo em Cristo

VÍTOR MARTINEZ

PORTALEGRE

Há catorze meses que me encontro em Portalegre, onde o Senhor me concedeu o privilégio de trabalhar. Acho agora ser altura de relatar algumas das nossas actividades nesta região.

Após um esforço evangelístico de sete meses tivemos o prazer de acrescentar cinco novos membros à nossa Igreja. Todos os irmãos tomaram uma parte activa em fazer convites, e, é com muito gosto que agora vemos no nosso meio um bom número de visitas e pessoas interessadas na Fé.

Também no Crato e no Reguengo, até onde se estendem os nossos esforços, há pessoas que já guardam o Sábado.

Começou já, com a segunda semana de Novembro, a nova campanha evangelística. A primeira noite foi coroada de êxito, tendo a igreja ficado repleta e ainda com dezenas de pessoas de pé. Conquanto ela mal tenha começado, confiamos no Senhor para nos ajudar a proclamar a Mensagem do Terceiro Anjo com grande poder nesta cidade. Rogamos a Deus que muitas almas encontrem no Evangelho o mesmo gozo que nós, e se possam salvar.

No dia 10 de Novembro, tivemos connosco o irmão, Pastor Ernesto Ferreira, que nos dirigiu uma mensagem de despedida, tendo falado da vitória sobre o pecado. Foi, sem dúvida, uma mensagem de grande estímulo e conforto para todos.

Ao prezado irmão Ernesto Ferreira e à Sua Ex.^{ma} Família, desejamos as maiores bênçãos no novo campo de trabalho, e fazemos votos que ainda nos torne a visitar.

No dia 10 de Novembro, acompanhámos à sua derradeira morada nesta Terra, a nossa saudosa irmã Joana Bexiga, membro já muito antigo desta Congregação. Aos seus Filhos e restante Família, os nossos sentidos pésames.

JOÃO CHAVES

FUNCHAL

Realizou-se no dia 22 de Setembro, a cerimónia religiosa do casamento, do Irmão João de Freitas e da Irmã, D. Maria Helena Bettencourt da Câmara.

A cerimónia que foi celebrada no nosso templo, foi presidida pelo Pastor local, e testemunharam o acto a Irmã D. Antonieta Alves Rodrigues e seu esposo o senhor, António Rodrigues. Notou-se farta concorrência de Irmãos e visitas.

Endereçamos, ao novo casal as maiores felicitações, e congratulamo-nos com os pais da noiva, Irmã D. Arminda Bettencourt da Câmara e senhor Henrique Bettencourt da Câmara.

M. LARANJEIRA

COLPORTAGEM NA GUINÉ

Despeço-me de alguns Irmãos na Praia, que gentilmente desejaram acompanhar-me até ao cais

de embarque, e de minha esposa e filha. Esta vendo-me no bote que me levará ao navio, vivamente me faz adeus.

—Mal sabes tu, minha filhinha, que irás estar alguns meses sem veres teu paizinho; e seu carinho não fruirás tão depressa...

Chegámos ao navio, e o curso dos meus pensamentos sobre minha família é interrompido e despertado para outra vida, outra realidade, outro Fim... que me exige minha acção e as energias pensantes. Assim é preciso.

Após ter ordenado minhas bagagens nos seus lugares respectivos, encontro-me com alguns conhecidos a quando da minha primeira visita à Guiné, e por algum tempo falamos nos fins, que bem diversos são, que nos levam a esta Província.

Passa um dia, e no seguinte, levantei-me pelas seis horas da manhã esperando ver o farol de Caió Pequeno mas nada se vê ainda, a não ser a água do mar calma e barrenta, indício evidente de que já estamos sulcando águas da Guiné. Já se sente a atmosfera quente e pesada.

—Estamos a umas sete horas de Bissau, senhor Almeida, diz-me um de meus conhecidos.

—Sim, eu calculo, já está tão quente... que não tarda que cheguemos ao Forno...

Chegámos, passadas duas ou três horas, ao ilhéu Caió Pequeno, onde parámos um pouco para tomar, como de costume, o piloto nativo, que guiará a nave com segurança por entre os muitos baixos que existem nestas águas até à capital da Província da Guiné. Algumas horas depois, avistamos o ilhéu do Rei, em frente de Bissau, e conforme o movimento do navio, que marcha sempre avante como um vencedor, vamos descobrindo os telhados dos edifícios e por fim toda a cidade de Bissau.

—Bissau à vista, oiço à minha volta.

Já no meu espírito antegozo o encontro com aqueles queridos Irmãos que me aguardam e que por infelizes circunstâncias tiveram de ficar sem seu pastor.

O barco atraca, cumprem-se todas as formalidades legais, desembarcamos e vamos à Alfândega desenvenilhar nossas bagagens.

No dia seguinte visito os Irmãos e inteiro-me do seu estado. Reorganizo a Escola Sabatina e as reuniões em certos dias da semana recomeçam em casa do nosso estimado futuro Irmão José Condeiro.

E assim na alegria do Senhor nos vamos reunindo, após vir do serviço, nos dias indicados. Os Irmãos estão satisfeitos e agradecem ao Senhor por os consolar na

sua Fé com minha vinda, e eu da mesma maneira agradeço ao Senhor, por este privilégio que me deu, bem como gozar Suas demais bênçãos na companhia destes humildes e piedosos crentes do Senhor.

Passam-se várias semanas, e o trabalho chega ao seu termo em Bissau. É preciso sair para o interior. Antes de partir, torno a dar minhas instruções para que se continue na mesma ordem e dias indicados, as respectivas reuniões, o que cumprem, segundo me informa a piedosa Irmã Leopoldina em resposta às minhas cartas que lhe escrevi do interior.

Chegou o dia da minha partida para o interior. Preparo minha mala com livros, ponho-a em cima da moto e sigo para casa do Irmão Cordeiro que me está aguardando bem como todos os Irmãos.

Ajoelhamo-nos e suplicamos ao Senhor o Seu auxílio para nossas necessidades, por mim em particular, e pelo trabalho do Mestre que me proponho realizar. Acabando nós de orar, despeço-me destes Irmãos e parto imediatamente para a 1.ª etapa de cerca de 70 km. A estrada é péssima e cheia de «cremalheira» dos carros e vá de fazer um pouco de acrobacia na moto, para fugir aos sítios maus da estrada, e assim chego a Mansôa. Aqui é a região do Balanta, raça que se caracteriza pelos seus estranhos objectos de culto, seus «irans», uma aversão a outra raça, esta mais culta, mas menos trabalhadora: a raça Mandinga. Estas raças não se ligam, por uma delas, a Balanta, ser idólatra e muitos dos seus componentes roubarem o seu gado.

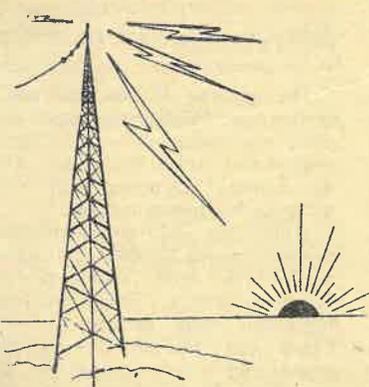
Feito o trabalho em Mansôa de que resultou êxito, sigo para Bambiadina e obtenho também muito êxito aqui nos arredores.

Nesta povoação tive várias experiências. Contarei a mais significativa: Tendo visitado certo comerciante, este resistiu-me imenso

às minhas apresentações e despediu-me sem nada me ter comprado. Dirigi-me logo a seguir para uma propriedade distanciada 1 km da povoação e ali vendi «O Desejado...» ao encarregado. Após ter feito aqui o trabalho, chega junto de mim um indígena com recado para que vá ter com o tal senhor comerciante. Assim faço. Chegando, este senhor, começa por me pedir imensa desculpa pela sua atitude para comigo, motivada pelos seus muitos cuidados. Pedime para que o faça assinante da «S. Lar» e lhe venda o «Educação P. A.». Tendo feito o pagamento perguntou-me onde estava hospedado, disse-lhe que era a hospedagem meu problema naquele dia. Pediu-me para que ficasse em sua casa os dias que achasse necessários, o que aceitei com as duas mãos. Aproveitei esta facilidade para visitar os agricultores que viviam no mato tendo vendido a todos os nossos livros.

Esta experiência consolou-me imenso, porque foi bem clara em me demonstrar que foi o E. Santo que modificou as atitudes e desejos daquele senhor. Foi este senhor ainda que se prontificou a levar-me para Bafatá no seu camião, com meu veículo, gratuitamente.

Chegando a Bafatá, 3.ª cidade da Guiné, propuz um alvo importante a atingir nesta cidade. Graças a Deus ele foi ultrapassado em muito. Sigo depois para Nova Lamego, ali encontro a família Caeiro, amigos e simpatizantes da nossa Fé. Trabalho este local com êxito e alvo suplantado, o que aconteceu, para esclarecer duma vez, com todos os locais que trabalhei. Era aqui o termo das viagens da linha, por mim denominada, de Bafatá e para todas as localidades desta linha eu tinha estipulado um bom alvo. Estava quase satisfeito por voltar para o Mansôa e seguir para a linha de Teixeira Pinto. Mas animei-me a



**EMISSÕES
ADVENTISTAS**

RÁDIO ÁFRICA TÂNGER
506 m (593 kc), todas as
segundas-feiras às 22 h.

///

EMISSORA DE BENGUELA,
em Angola, 31 m e 60 m, todas
as segundas-feiras às 20,30.

ir extraordinariamente além das localidades que pensei visitar. E sigo para Pitche pequeníssimo local perto da fronteira com o território francês. Preparo os livros necessários e parto. Chego bem e obtenho grande êxito, o que me admira, pois o local tem apenas umas 4 ou 5 pessoas portuguesas que me podem comprar livros. E todos assim fazem, comprando alguns aos dois e três livros cada.

livros que levo. O cliente a seguir, compra-me mais alguns dos poucos que restam e é bastante impressionado que contemplo a esposa do cliente apertando alegremente contra si «O Desejado...» e exclamando: «Há tanto tempo que eu desejava possuir este livro. Já tinha mandado pedir em Bafatá e não conseguí». E ficaram também com «O Desejado» vinte mais pessoas e acabo com o resto

que fosse só por esta alma, eu ficava muito alegre e não dava por mal empregadas as peripécias por que passei para chegar a este local.

Cheguei a Nova Lamego e contei esta experiência à senhora Adélia (Caeiro e ela explicou que tinha dado a essa senhora alguns estudos em Bafatá e lido com ela «O Desejado» que lhe tinha vendido no ano anterior. Cá está então a explicação.

No dia seguinte fazia preparativos para partir para Sonaco. Diz-me a senhora Caeiro: «Porque não vai até Pirada? Há lá alguns metropolitanos e tenho a certeza que venderia alguns livros».

— Tenho receio da estrada, D. Adélia, porque não tem movimento; pode haver alguma avaria e suceder alguma coisa de pior.

E decidi não ir a Pirada. Dei algumas voltas a experimentar a moto e depois parti pela estrada, que alguém me disse ir para Sonaco, que já conhecia do ano anterior.

Passado algum tempo de ir em viagem, atravessa-se-me na estrada a uns 70 metros de mim, um grupo de javalis grandes e pequenos, que fogem para dentro do mato. Passei e fiquei aliviado...

Andei, andei e fartei-me de andar, e Sonaco não mais chegava. Começo sentindo a cabeça a doer-me ligeiramente e a garganta a tornar-se rouca. É da cacimba que está caindo nesta hora de grande calor. Vá mais uma aceleradela e mesmo assim durante algum tempo não vejo indício da povoação. Começo a desconfiar: querem ver que vou perdido?!

Ao fim de certo tempo, distingo cascas.

— Isto não parece Sonaco, porque esta povoação fica na encosta duma pequena colina e só se vê quando chegamos ao cume.

CANTAREMOS SEMPRE

*Cantaremos sempre,
de Cristo e Seu amor;
Louvaremos sempre,
Seu nome com fervor;
Doce paz e alegria,
e sincera gratidão,
Sentiremos sempre
no nosso coração.*

*Cantaremos sempre,
de Cristo e Sua cruz;
Louvaremos sempre,
Aquel' que traz-nos luz;
Cristo chama com ternura,
e nos dá o Seu perdão,
Aceitaremos sempre
de todo o coração.*

(Trad. de Arline Hermanson, a cantar com a música de *Louvores Infantis*, n.º 48).

Aqui a bondosa autoridade me recebe bem e dela obtenho mais esclarecimentos necessários a continuar pelo seu estímulo. E sigo por sua indicação para a última localidadezinha que marca a fronteira com o «chão francês»: Buruntuma. A viagem para este local é feita de tarde e concedo-me imensos apertos: Lembrome que estou bem dentro da região do leão. Para atingir Buruntuma foi muito trabalho, porque a estrada durante 6 km está praticamente intransitável dos seus cerca de 30 km até à povoação. Tem enorme quantidade de areia também, e por vezes tenho de deixar cair a moto porque não a aguento, embora suavemente, pois avanço muito devagar. Empino-a várias vezes porque não sucede isto uma vez, mas várias. Por fim, resolvo para avançar mais depressa, entrar para dentro do mato mesmo com receio de pisar alguma cobra venenosa, mas pelas circunstâncias é preciso não pensar nisso. É necessário avançar, pois está entardecendo. Apanhando-me em melhor local avanço rápido e alegremente vou brincando com os índigenas Fulas que encontro na estrada, acenando-lhes, ao que respondem com os seus «vivós, vivós». Chego a Buruntuma ao cair da noite. Sou muito bem recebido, e no dia seguinte meu bom hospedeiro compra-me quase todos os

e não chegam. Recebo mais pedidos para satisfazer oportunamente, pedidos estes que são pagos adiantados mesmo não me conhecendo. Aqui constato os efeitos do «Conflito dos Séculos» em Bissau, e por isso forneci este livro a quem desejava imenso possuí-lo. Volto para Nova Lamego satisfeito e de tal maneira que passei por aqueles 6 km de má estrada, sem dar quase por eles. Vim todo o caminho meditando nas experiências que acabo de ter. Sobretudo a daquela alma sedenta de alimento espiritual faz-me exclaimar para comigo mesmo: ainda

AMOR MARAVILHOSO

*Ao mundo tanto amou que o Filho Deus doou;
Na cruz sofreu, morreu, por mim El' padeceu;
Depois ressuscitou, da morte me livrou;
Que maravilhoso amor!*

*Jesus foi preparar p'ra mim no céu lugar;
Em breve voltará, e não demorará;
Só Ele satisfaz, e paz e gozo traz;
Que maravilhoso amor!*

(Trad. de Arline Hermanson, a cantar com a música de *Melodias de Vitória*, n.º 36).

Dentro de minutos estou na povoação. Sou logo cercado de indígenas e pergunto-lhes que me digam onde estou. Um deles diz-me que aqui é Bajecunda. Olhando casualmente para o lado esquerdo, vejo uma tabuleta com os seguintes dizeres: Pirada — 11 quilómetros.

— Ora esta... e eu que não queria cá vir... Fiquei intimamente satisfeito pelo engano e dentro de mim sinto que foi o Senhor que assim o quis.

Faço o trabalho com as melhores vendas que podia imaginar. A pontos de já não ter certos livros para entregar. Mas os clientes desejam que eu lhes mande depois os livros e para isso, confiam-me algumas centenas de escudos. Dentro de uma hora sigo para Pirada e obtenho ainda maior número de vendas culminando com maior concessão de centenas de escudos com a simples promessa de lhes enviar logo que chegue a Bafatá.

Fiz um trabalho nestes dois locais, como não fiz em local nenhum, graças ao Senhor.

Pude então, com regozijo verificar que o Senhor tinha ali uma obra a fazer, e na Sua bondade preparou-a logo ao principiar da viagem, fazendo-me errar a estrada e dar um bom testemunho da minha honestidade para com os clientes.

Apesar de estar já com bastante febre e de não poder falar, resolvo no dia seguinte partir para Sonaco, o único local da linha de Bafatá que faltava ser trabalhado. Chego ali sem forças quase. Um gentil empregado comercial, concedeu-me aqui agasalho, e após ter jantado, arranjou-me uma cama para me deitar. No outro dia acordei um pouco melhor e decido mesmo como estou, fazer o trabalho, conseguindo ultrapassar o alvo e levar mais importâncias confiadas. Pronto o trabalho, à tarde deste dia já estou em Bafatá. Aqui, já descansado, é que consegui arranjar vagar de estar doente e foi então que a doença se tornou mais afliativa.

Daí a cinco dias estava restabelecido e mandei os livros aos clientes que me pagaram adiantadamente. Após isto continuei o trabalho na linha de Teixeira Pinto e quanto a êxito e alvos ultrapassados, continuaram sempre do princípio ao fim. Senti distintamente a voz do Grande Comandante ordenando e operando poderosamente a sua Santa Obra!

O Inimigo não gostou do meu trabalho, temeu-o e colocou esse temor nos seus agentes. Suscitou toda a Confederação do Mal contra mim, fazendo-me passar por algumas experiências amargas;

mas nem mesmo assim o Senhor deixou de estar comigo e de ordenar os acontecimentos para Sua Glória!

Dei as últimas instruções aos crentes, minhas experiências contribuíram para consolar estes Irmãos, e, um deles, que se afastou, voltou de constrangido pelo amoroso escândalo da Cruz e resolvido a levá-la com Seu Senhor.

Só colhi benefícios destas viagens. Conheci a importante flora animal e vegetal desta nossa Província, e muitos costumes das tribus que ali habitam.

Voltei à Praia satisfeito por ter sido usado pelo Senhor mais forte na minha Fé, e convicto de que cumpro tanto quanto pude na graça do Senhor, *Jeremias 16.º 16.* Que o Senhor abençoe todos os prezados leitores.

O Colportor Evangelista
ANSELMO ALMEIDA

DESPEDIDA

Tendo sido chamados a trabalhar em Angola, vamos partir para aquela Província Ultramarina no fim do corrente mês de Dezembro.

Aproveitamos esta oportunidade para nos despedir de todos os nossos prezados Irmãos e Amigos da União Portuguesa.

E. FERREIRA E FAMÍLIA

DEPARTAMENTO DE PUBLICAÇÕES DA UNIÃO PORTUGUESA

RELATÓRIO DE VENDAS REFERENTE AO MÊS DE OUTUBRO DE 1957

Totais de Jan. a Outubro

NOMES	HORAS	LIVROS	REVISTAS	TOTAL	HORAS	Livros e Revistas
Manuel de Jesus Correia Ratana	154	230\$00	5.800\$00	6.030\$00	802	40.065\$00
Anselmo Gorgulho de Almeida	35	4.734\$50	435\$00	5.169\$50	215	33.929\$50
Inácio Duarte da Conceição	172	575\$00	2.405\$00	2.980\$00	1.402	30.489\$00
Adelino Nunes Diogo	80	765\$00	560\$00	1.325\$00	1.516	28.370\$50
António Antunes Maurício	11	110\$00	115\$00	225\$00	168	24.465\$00
Eliseu Gomes	134	65\$00	3.120\$00	3.185\$00	988	23.200\$00
António Gomes Duarte	—	—\$—	—\$—	—\$—	1.388	21.290\$00
Maria Luísa Saboga Serra	99	—\$—	2.200\$00	2.200\$00	811	20.650\$00
Elias Mendes Rodrigues	153	200\$00	3.355\$00	3.555\$00	793	16.650\$00
Eduardo Moniz Andrade	13	37\$50	270\$00	307\$50	416	15.877\$50
Júlio Augusto Ribeiro Luís	102	417\$50	480\$00	897\$50	1.310	14.977\$50
Isaias da Silva	133	250\$00	800\$00	1.050\$00	933	11.702\$50
António Tomás Pinto de Aguiar	17	—\$—	350\$00	350\$00	407	7.366\$00
Joaquim Dias de Oliveira	—	—\$—	—\$—	—\$—	158	6.000\$00
Cipriano Morais Silva	—	—\$—	—\$—	—\$—	74	4.625\$00
Maria Conceição F. Rezende	13	57\$50	45\$00	102\$50	274	3.575\$00
José Sandoval Velosa Melim	46	345\$00	320\$00	665\$00	103	1.150\$00
Maria Ester Cardoso Guedes	—	—\$—	—\$—	—\$—	61	1.080\$00
Armando Joaquim Simões Ferraz	10	—\$—	185\$00	185\$00	35	605\$00
Diversos	345	4.017\$50	4.835\$00	8.852\$50	4.927	85.069\$50
Totais	1.517	11.804\$50	25.275\$00	37.079\$50	16.786	391.137\$00

O Secretário de Publicações

José Simões Grave